



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

YASMIM VICTORIA DA ROSA VILELA MELO

**Entre o Currículo Oficial e a Prática Docente:** A Formação do Professor de História na  
Ditadura Militar e sua prática no ensino médio.

Rio de Janeiro, DEZEMBRO de 2024

Yasmim Victoria da Rosa Vilela Melo

**Entre o Currículo Oficial e a Prática Docente: A Formação do Professor de História na  
Ditadura Militar e sua prática no ensino médio.**

Monografia apresentada ao Departamento de História da PUC-  
Rio como parte dos requisitos para a obtenção do grau de  
Licenciatura em História,

Orientador: Prof. Antônio Edmilson Martins Rodrigues.

Leitora crítica: Luciana Borgerth Vial Corrêa.

Rio de Janeiro

2024

## **AGRADECIMENTOS**

A realização desta monografia representa não apenas o encerramento de uma etapa acadêmica, mas também a consolidação de um período repleto de desafios, aprendizagem. Agradeço primeiro a Deus por ter me mantido na trilha certa durante este projeto de pesquisa com saúde e forças para chegar até o final.

Aos meus pais Liliane e Leonardo que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

À meu marido Rayan pela compreensão e paciência demonstrada durante o período do projeto.

Agradeço ao meu orientador Antonio Edmilson por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa, por sua paciência, incentivo e contribuição necessária para o desenvolvimento. Assim como a professora Luciana Corrêa, como leitora crítica ela fez parte da construção desse trabalho, por todas as aulas ministradas.

Também registro minha gratidão aos amigos que, de diversas formas, me apoiaram e acreditaram em minha capacidade, oferecendo palavras de incentivo e abraços. A todos os meus professores do curso de história da PUC-RJ pela excelência da qualidade técnica de cada um.

Ao departamento de história da PUC-RJ, Cláudio e Igor que colaboraram para realização dessa pesquisa.

À todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização desse trabalho.

## RESUMO

Este trabalho monográfico analisa o currículo oficial de História durante a ditadura militar no Brasil, com enfoque nas diretrizes previstas na Lei 5.692/71 e suas implicações para a formação dos professores. A pesquisa investiga como o currículo foi estruturado para atender aos interesses do regime autoritário, utilizando disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil para fortalecer os ideais de segurança nacional e conformidade. Por meio de revisão bibliográfica e análise documental, discute-se o papel do currículo como instrumento de controle ideológico, destacando a exclusão de temas relacionados à democracia, movimentos sociais e direitos humanos. O estudo contribui para a compreensão do impacto dessas políticas educacionais na prática docente e no ensino.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Ditadura Militar. Formação docentes. Política educacional

## **ABSTRACT**

This monographic work analyzes the official History curriculum during the military dictatorship in Brazil, focusing on the guidelines set out in Law 5.692/71 and their implications for teacher training. The research investigates how the curriculum was structured to meet the interests of the authoritarian regime, using subjects such as Moral and Civic Education and the Social and Political Organization of Brazil to strengthen the ideals of national security and conformity. Through a bibliographical review and documentary analysis, the role of the curriculum as an instrument of ideological control is discussed, highlighting the exclusion of themes related to democracy, social movements and human rights. The study contributes to understanding the impact of these educational policies on teaching practice and teaching.

**Keywords:** History teaching. Military dictatorship. Teacher training. Educational policy

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I – CURRÍCULO OFICIAL DE HISTÓRIA DURANTE A DITADURA MILITAR .....</b>	<b>17</b>
1.1 A LEI 5.692/71 E SEU CONTEXTO .....	17
1.2 INTRODUÇÃO ÀS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS.....	18
1.3 LIMITAÇÕES À PRÁTICA.....	19
<b>CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA DURANTE A DITADURA MILITAR.....</b>	<b>22</b>
2.1 A DITADURA MILITAR E A REFORMA DO ENSINO DE HISTÓRIA.....	22
2.2 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA E A INTRODUÇÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA CURTA.....	23
2.3 OS VALORES E CONCEPÇÕES TRANSMITIDOS AOS FUTUROS DOCENTES.....	23
2.4 A RESISTÊNCIA E AS TÁTICAS DE SUBVERSÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA .....	24
2.5 O IMPACTO NA PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO MÉDIO.....	25
2.6 O PAPEL DOS LIVROS DIDÁTICOS NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA.....	25
2.7 A CENSURA E AUTOCENSURA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DOCENTE.....	26
2.8 A FORMAÇÃO DOCENTE E O IMPACTO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO MÉDIO.....	28
2.9 A DURAÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS DA FORMAÇÃO DURANTE A DITADURA.....	29
<b>CAPÍTULO III – Desafios na Conciliação do Currículo Oficial e a Prática Docente Durante a Ditadura Militar: Censura, Autocensura e Resistência no Ensino de História.....</b>	<b>31</b>
3.1 O CURRÍCULO OFICIAL DURANTE A DITADURA MILITAR.....	31

<b>3.2 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA E A INTRODUÇÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA CURTA.....</b>	<b>32</b>
<b>3.3 A RESISTÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA.....</b>	<b>33</b>
<b>3.4 O IMPACTO DA RESISTÊNCIA NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS.....</b>	<b>34</b>
<b>3.5 A MEMÓRIA E O LEGADO DA RESISTÊNCIA DOCENTE .....</b>	<b>35</b>
<b>3.6 A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO E OS DESAFIOS NO ENSINO DE HISTÓRIA.....</b>	<b>36</b>
<b>3.7 A IMPORTÂNCIA DO LEGADO DA RESISTÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA HOJE.....</b>	<b>37</b>
<b>3.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PERSISTÊNCIA DA PRÁTICA DOCENTE CRÍTICA.....</b>	<b>38</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>41</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>46</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A ditadura militar, que se instaurou após o golpe de 1964, viu na educação um instrumento fundamental de controle social e político. O regime buscou impor um currículo oficial que promovesse valores alinhados ao projeto autoritário, como o nacionalismo exacerbado, a disciplina, o ufanismo e a conformidade. A disciplina de História, particularmente, foi descaracterizada para servir aos interesses do Estado com a inclusão das disciplinas de Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros, suprimindo discussões sobre democracia, participação política e direitos humanos, além de registrar e apresentar eventos históricos de forma diacrônica sem estabelecer a ideia de processos e eliminando os momentos de tensão vividos pela sociedade brasileira.

A censura e o controle ideológico se refletiram na elaboração dos currículos de formação docente, limitando o desenvolvimento de uma visão crítica e pluralista da história. Universidades e centros de formação de professores foram submetidos a disciplinas, resultando na expulsão de professores considerados subversivos e nas universidades públicas a exigência para contratação do chamado atestado ideológico e a criação de setores junto às reitorias. Sendo assim, o regime buscou afetar diretamente a formação dos professores, trazendo precariedade para a formação e conseqüentemente afetando no ensino que os estudantes do ensino médio recebiam.

Visando abordar a problemática sobre como o currículo oficial durante a ditadura militar influenciou a formação dos professores de História, este trabalho justifica-se pelo impacto que a formação dos docentes passou através da implementação de cursos de licenciatura curta, prevista na Lei 5692/71, visando suprir a demanda por professores sem garantir uma formação sólida e crítica. Essa medida foi acompanhada por uma padronização dos currículos e pela introdução de disciplinas como Educação Moral e Cívica, que reforçaram o papel disciplinador da educação, ao mesmo tempo, que inibiam o desenvolvimento de uma consciência crítica nos docentes e, por consequência, nos alunos.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é relacionar o currículo oficial e a prática docente, a formação do professor de história na Ditadura Militar e sua prática no ensino médio. De forma mais específica, deseja analisar o conteúdo e as diretrizes do currículo oficial de História durante a ditadura militar no Brasil, identificando suas principais características e influências na formação dos professores de História. Ao mesmo tempo, desejo investigar as práticas pedagógicas adotadas e os valores e concepções, transmitidos aos futuros docentes.

Também quero identificar os desafios enfrentados pelos professores de História ao tentarem conciliar as diretrizes do currículo oficial com sua prática docente no ensino médio, incluindo questões como censura, autocensura e resistência.

A metodologia utilizada compreendeu, a partir de uma revisão bibliográfica, apresentar uma visão geral sobre conceitos e modelos teóricos selecionados sobre a maneira como o currículo oficial impactou a formação dos professores de História, como esses docentes atuaram na prática, dentro das limitações impostas pelo regime e quais as implicações dessa formação para o ensino médio na época e para o cenário educacional contemporâneo.

## **1 CURRÍCULO OFICIAL DE HISTÓRIA DURANTE A DITADURA MILITAR:**

A formação do professor de História no Brasil, especialmente durante a ditadura militar (1964-1985), é um tema que revela muito sobre as tensões entre o currículo oficial e as práticas pedagógicas no contexto educacional. Neste capítulo, buscaremos analisar o conteúdo e as diretrizes do currículo oficial de História, com foco nas principais características e influências que marcaram a formação dos professores neste período.

Os conteúdos das disciplinas deverão ser orientados para a formação de valores cívicos, morais e éticos, visando à integração do aluno à sociedade, promovendo um sentido de pertencimento à nação e a valorização das instituições brasileiras, de maneira a assegurar a continuidade dos princípios fundamentais do regime. (BRASIL, 1971, p. 15).

### **1.1 A Lei 5.692/71 e seu contexto**

A Lei 5692/71, promulgada durante o regime militar no Brasil, representou um marco na reestruturação do sistema educacional. Com o objetivo explícito de reformar a educação nacional, a lei implementou mudanças significativas no currículo escolar, especialmente no que diz respeito ao ensino de História e às disciplinas correlatas. Segundo GIL (2010, p. 89) "A educação no Brasil durante o regime militar estava subordinada aos interesses políticos do governo, que buscava homogeneizar o pensamento crítico". Dessa forma esse movimento visou não só a conformidade ideológica com o regime militar, mas também moldou as práticas pedagógicas e a formação de professores para garantir a transmissão de uma visão de mundo alinhada aos interesses do Estado.

A educação básica, organizada em cursos de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, tem por finalidade a formação do cidadão. Essa formação se dará por meio da vivência de valores éticos e morais, bem como pela consciência crítica e pela integração do indivíduo na vida social e política do país. (BRASIL, 1971, p. 12).

Um dos principais aspectos da Lei 5692/71 foi a introdução da Educação Moral e Cívica e da Organização Social e Política do Brasil como disciplinas obrigatórias no currículo escolar. Essas matérias foram criadas para promover valores como a disciplina, o patriotismo e a

obediência ao regime. A lei estabeleceu uma hierarquia curricular que priorizava a formação de uma consciência nacionalista, desestimulando a discussão de temas considerados subversivos, como a democracia e os direitos humanos. Luiz Antônio Cunha destaca que “a educação, nesse período, tornou-se uma importante ferramenta de controle social, visando a conformidade e a lealdade ao regime” (CUNHA, 1975, p. 112). As disciplinas instituídas pela lei tinham como objetivo reforçar uma narrativa que exaltava as realizações do governo militar, enquanto minimizavam ou silenciavam as vozes dissidentes que buscavam democratização e direitos. As mudanças impostas pela Lei 5692/71 tiveram um impacto profundo na formação dos professores de História. As instituições de ensino superior e de formação docente passaram a adaptar seus currículos e práticas pedagógicas para se alinhar às novas diretrizes. Isso resultou em um processo de formação que muitas vezes desconsiderava abordagens críticas e reflexivas, priorizando a memorização de conteúdos e a conformidade com a ideologia oficial.

O ensino de História será orientado de forma a transmitir aos alunos uma visão positiva do desenvolvimento da nação brasileira, evitando-se a inclusão de conteúdos que possam causar desagregação ou contestação do regime, priorizando a transmissão de uma narrativa que favoreça a estabilidade e a ordem social como elementos essenciais para o progresso do país. (BRASIL, 1971, p. 18).

Os cursos de pedagogia e licenciatura em História foram, portanto, afetados pela necessidade de atender às exigências do regime. Muitos educadores se viam pressionados a omitir ou distorcer informações históricas que pudessem desafiar a narrativa oficial. Como observa Cunha, “a formação dos docentes foi subordinada a uma lógica de controle que limitava a liberdade de ensino e de aprendizagem” (CUNHA, 1975, p. 145).

Essa situação gerou uma prática docente caracterizada por uma didática que muitas vezes se limitava à reprodução de conteúdo impostos, sem espaço para debate ou reflexão crítica. Muitos professores de História, temendo repressões e censura, adotaram uma postura de conformidade, resultando em uma educação que não promovia a reflexão crítica sobre o passado e suas implicações no presente.

## **1.2 Introdução às Disciplinas Obrigatórias**

Durante a ditadura militar, o currículo escolar foi moldado por um projeto de educação que visava a formação de cidadãos alinhados aos ideais do regime. A promulgação da Lei 5692/71 foi um marco significativo nesse processo, pois reestruturou a educação brasileira e impôs

diretrizes que buscavam assegurar a conformidade política e ideológica dos estudantes. Esta lei estabeleceu a Educação Moral e Cívica e a Organização Social e Política do Brasil como disciplinas obrigatórias, que tinham como objetivo inculcar nos alunos uma visão de mundo favorável ao regime.

Como destaca Selva Guimarães Fonseca, “o currículo oficial não era apenas um conjunto de conteúdos, mas uma construção ideológica que buscava legitimar o regime militar” (FONSECA, 1993, p. 45). Essas disciplinas foram cuidadosamente desenhadas para evitar discussões críticas sobre democracia, movimentos sociais e direitos humanos. O conteúdo abordava, por exemplo, a história do Brasil de forma a glorificar as ações do governo militar, minimizando as vozes dissidentes.

A influência da Lei 5692/71 se estendeu também para as salas de aula, onde o ensino de História foi sistematicamente controlado. As orientações curriculares promovidas pelo regime militar buscavam um ensino que reforçasse a ideia de segurança nacional, desvalorizando discussões sobre direitos humanos e a luta por liberdades democráticas. Essa abordagem limitava a capacidade dos alunos de compreenderem a complexidade do passado brasileiro e de desenvolverem um senso crítico sobre as realidades sociais e políticas do país.

Cunha ressalta que “o currículo escolar passou a ser um espaço de legitimação da ideologia do regime, o que restringiu severamente a formação de uma cidadania crítica” (CUNHA, 1975, p. 167). A pressão sobre os educadores para que se adequassem às diretrizes do regime resultou em um ambiente educacional hostil à criatividade e à inovação pedagógica. Professores que tentavam introduzir temas relevantes e discussões críticas em suas aulas enfrentavam riscos consideráveis, o que muitas vezes os levava a optar por uma prática educativa segura e alinhada com o discurso oficial.

### **1.3 Limitações à prática**

A formação dos professores de História nesse contexto foi diretamente afetada pelas diretrizes do currículo. As instituições de formação docente passaram a adaptar seus cursos para atender às exigências da nova legislação, resultando em uma formação que muitas vezes carecia de reflexões críticas. Vilela (2005) destaca que “a repressão e a censura eram partes integrantes do cotidiano escolar, afetando diretamente a formação de professores e a experiência dos alunos” (VILELA, 2005, p. 67).

Os professores eram incentivados a ensinar a História de maneira a alinhar-se às expectativas

do regime. Como afirmam os autores sobre a prática pedagógica na época, “a docência era marcada pela censura e pela necessidade de adequação ao discurso oficial” (FONSECA, 1993, p. 78). Essa imposição de uma visão hegemônica da história gerou um ambiente de conformismo, onde a discussão crítica e o debate eram limitados. Assim, muitos professores de História se viam divididos entre suas convicções pessoais e as imposições do currículo. “A prática docente se tornava um campo de batalha entre a ideologia do ensino e a necessidade de uma educação crítica” (FONSECA, 1993, p. 92).

Os currículos dessas disciplinas eram altamente controlados pelo governo, com conteúdos que glorificavam a história do Brasil sob o regime militar e enfatizavam a necessidade de ordem e segurança nacional. O foco estava em uma narrativa que destacava a importância da intervenção militar como um “mal necessário” para a preservação da paz e da estabilidade no país. Essas disciplinas evitavam sistematicamente qualquer discussão sobre movimentos sociais, direitos civis ou a história de opressão e resistência no Brasil. Questões como a luta pela democracia, os direitos humanos e os movimentos operários eram omitidos ou tratados de maneira superficial, sem um contexto crítico. Isso assegurava que os alunos não fossem expostos a ideias que pudessem incitá-los a questionar a legitimidade do regime.

O conteúdo das disciplinas enfatizava valores como a disciplina, o patriotismo e a lealdade ao Estado. A Educação Moral e Cívica, por exemplo, ensinava a importância da obediência às autoridades e do respeito às instituições, alinhando-se diretamente com os ideais de segurança nacional. Esse enfoque não apenas reforçava a conformidade com o regime, mas também promovia uma visão de mundo que desestimulava a crítica e a reflexão. O currículo buscava moldar a identidade dos alunos em conformidade com os interesses do regime, apresentando uma visão unificada e idealizada da nação que excluía vozes dissidentes. Essa construção de uma identidade nacional homogênea visava consolidar o controle social, limitando a diversidade de opiniões e a discussão de alternativas políticas. A censura também teve um papel crucial. Materiais didáticos e livros de história eram rigorosamente analisados e censurados para garantir que não contivessem críticas ao regime. Professores que tentassem abordar esses temas poderiam enfrentar severas consequências, o que resultava em um ambiente educacional marcado pelo medo e pela autocensura.

Academicamente, o estudo do currículo oficial de História proporciona uma rica oportunidade para a pesquisa sobre a formação docente. A compreensão das influências políticas na educação permite que educadores e pesquisadores reflitam sobre as práticas pedagógicas atuais e a

necessidade de se cultivar uma abordagem crítica e inclusiva no ensino de História. Segundo Selva Guimarães Fonseca (1993), “a formação de professores se tornou um campo de contenção onde a ideologia do ensino se sobrepunha à necessidade de um aprendizado crítico e reflexivo” (FONSECA, 1993, p. 67). Essa afirmação ressalta a importância de revisar as práticas formativas, assegurando que a educação não seja apenas uma transmissão de informações, mas um espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico.

A Lei 5692/71 não foi apenas uma reforma educacional; foi uma ferramenta de controle ideológico que moldou o ensino e a formação de professores de História no Brasil durante a ditadura militar. As mudanças impostas pela lei criaram um cenário educacional que priorizava a conformidade e a aceitação dos valores do regime, ao mesmo tempo em que restringia a formação de uma consciência crítica e reflexiva nos alunos. O legado desse período é uma educação que, em muitos casos, ainda carrega resquícios dessa falta de pluralidade e debate, evidenciando a importância de repensar o ensino de História em um contexto democrático.

Em suma, o currículo oficial de História durante a ditadura militar não apenas moldou a educação brasileira, mas também desempenhou um papel crucial na formação ideológica dos professores. As diretrizes impostas pela Lei 5692/71 resultaram em uma prática pedagógica que priorizava a conformidade e a aceitação do regime em detrimento de uma educação crítica e reflexiva. Este capítulo revela, portanto, como o currículo e a formação dos professores estiveram interligados em um contexto de controle ideológico, evidenciando as tensões entre o que era ensinado e a realidade histórica da luta pela democracia e pelos direitos humanos no Brasil.

Dessa forma, as disciplinas instituídas foram desenhadas não apenas para educar, mas para perpetuar um sistema de controle ideológico que limitava a discussão crítica sobre democracia, movimentos sociais e direitos humanos. Esse enfoque reforçou a conformidade com o regime militar, moldando uma geração de cidadãos que, em muitos casos, eram desprovidos de uma compreensão crítica das complexidades políticas e sociais do Brasil.

## **Capítulo 2: A Formação dos Professores de História durante a Ditadura Militar**

A formação de professores de História no Brasil, especialmente durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), é um campo de estudo que revela não apenas a evolução das práticas pedagógicas, mas também as relações complexas entre o currículo oficial e as pressões políticas do momento. A imposição de um regime autoritário e a centralização do poder político e educacional durante a ditadura tiveram impactos profundos sobre a educação no país, afetando diretamente a formação dos docentes, as orientações curriculares e as metodologias pedagógicas adotadas. Este capítulo se propõe a analisar como os processos de formação dos professores de História foram moldados por esse contexto político, abordando as principais características dos currículos dos cursos de licenciatura, as práticas pedagógicas adotadas e os valores e concepções transmitidos aos futuros docentes.

### **2.1 A Ditadura Militar e a Reforma do Ensino de História**

A Ditadura Militar no Brasil trouxe profundas mudanças na estrutura do sistema educacional, e a História, como disciplina escolar, não foi uma exceção. Durante este período, o ensino de História foi fortemente influenciado pelo projeto de nação defendido pelo regime, que visava garantir uma narrativa de unidade nacional e promover uma ideologia conservadora, alinhada aos interesses da repressão política e da censura. A obra de Marilena Chauí (1978), *A Reforma do Ensino de História*, destaca as transformações nos currículos de História durante a ditadura, ressaltando como o ensino da disciplina passou a ser uma ferramenta de legitimação do regime militar. Chauí (1978, p. 18) afirma que "a reforma do ensino de História visou, de forma explícita, não apenas reorganizar os conteúdos, mas também impor uma visão oficial e unificada da História do Brasil, que favorecia a perspectiva do Estado e silenciava as vozes da resistência".

Segundo Chauí, a reforma do ensino de História durante o período ditatorial visava não apenas modificar os conteúdos a serem ensinados, mas também garantir que os professores de História seguissem um padrão que correspondia aos interesses do regime militar. A historiografia do período era moldada por uma perspectiva "nacionalista", que exaltava os feitos do Estado e da "ordem", ao mesmo tempo que minimizava os conflitos sociais e a resistência política, como os movimentos de esquerda e as ações de grupos opositores ao regime. O currículo de História, portanto, tinha como principal objetivo construir uma visão de mundo que estivesse alinhada

aos princípios da repressão e do controle social (CHAUÍ, 1978, p. 21).

## **2.2 A Formação dos Professores de História e a Introdução dos Cursos de Licenciatura Curta**

Um dos aspectos mais relevantes na formação dos professores durante a Ditadura Militar foi a reestruturação dos cursos de formação de professores, especialmente a introdução dos cursos de licenciatura curta. Antes da ditadura, os cursos de licenciatura em História tinham uma carga horária considerável, com ênfase em disciplinas teóricas e metodológicas. No entanto, com a implementação de políticas educacionais voltadas para a massificação do ensino e o controle do currículo, surgiram os cursos de licenciatura curta, que eram mais rápidos, mais superficiais e menos voltados para a reflexão crítica sobre o ensino de História.

De acordo com Maria do Carmo Martins (2007), em seu trabalho *Currículo, Cultura e Ideologia na Ditadura Militar Brasileira: Demarcação do Espaço de Atuação do Professor*, a introdução desses cursos estava relacionada a uma estratégia do regime para garantir o controle da formação docente e reduzir a capacidade crítica dos futuros professores. Esses cursos curtos não apenas restringiam a formação acadêmica dos professores, mas também limitavam a construção de uma visão mais crítica e autônoma sobre a História e seu ensino. Martins (2007, p. 132) explica que "a introdução da licenciatura curta representou uma forma de controle sobre a formação docente, com a intenção de criar professores mais moldáveis e alinhados à ideologia dominante, que visassem, acima de tudo, garantir a perpetuação do regime militar". O regime queria professores que transmitissem uma narrativa unificada e conforme a ideologia oficial, e não docentes que questionassem ou refletissem sobre os conflitos e a diversidade de interpretações históricas.

Além disso, os cursos de licenciatura curta também tinham um foco excessivo nas metodologias de ensino, muitas vezes sem uma base sólida de formação teórica. A pedagogia utilizada nesses cursos estava em conformidade com os interesses da ditadura: ela era pautada pela disciplina rígida, pelo controle da sala de aula e pela uniformidade de pensamento, sem espaço para abordagens críticas ou para a discussão das diversas formas de interpretar a História.

## **2.3 Os Valores e Concepções Transmitidos aos Futuros Docentes**

A formação dos professores de História durante a Ditadura Militar estava imersa em um

conjunto de valores e concepções que refletiam diretamente os interesses do regime. A política educacional adotada no período procurava instaurar uma visão homogênea de História, onde a narrativa oficial da ditadura, que exaltava a ordem, a estabilidade e a moralidade do regime, fosse a única aceita nas escolas.

A grande preocupação do regime militar era o controle da educação, especialmente do ensino de História, que deveria refletir a visão oficial da nação. Nesse sentido, a formação dos professores de História não se dava apenas no âmbito da transmissão de conteúdo, mas também na adoção de uma postura que buscava reforçar o modelo autoritário. Os cursos de licenciatura foram reestruturados para atender a essa demanda, enfatizando a disciplina rígida, o respeito à autoridade e a obediência, fatores essenciais para garantir que os futuros docentes fossem fiéis ao projeto educacional imposto pelo regime. A disciplina de História, portanto, tornou-se um dos pilares para a perpetuação da ideologia militar, fazendo com que os professores tivessem um papel ativo na legitimação do regime. Martins (2007, p. 137)

Os professores de História, como futuros formadores de opinião, eram vistos como agentes essenciais para a transmissão dessa visão oficial da História. Isso envolvia uma série de desafios e tensões, já que muitos professores, embora formados dentro desse sistema, ainda procuravam formas de resistir à imposição de um currículo autoritário. Contudo, a autocensura e as limitações impostas pela vigilância do regime dificultavam a adoção de práticas pedagógicas que questionassem o conteúdo oficial. Assim, muitos professores se viam forçados a conciliar sua formação teórica e metodológica com uma prática docente que, em muitos casos, não correspondia às suas convicções pessoais.

Martins (2007, p. 135) aponta que, além da transmissão de conteúdos rígidos, os cursos de formação de professores também promoviam a difusão de valores como a disciplina, a obediência e a conformidade. Esses valores não apenas moldaram as práticas pedagógicas dentro da sala de aula, mas também tiveram impactos nas atitudes dos professores em relação ao seu papel na sociedade. Muitos professores de História, nesse contexto, tornaram-se transmissores da ideologia do regime, mesmo que contra sua própria vontade.

#### **2.4 A Resistência e as Táticas de Subversão no Ensino de História**

Apesar da repressão e das limitações impostas pelo regime, é importante reconhecer que a resistência não estava ausente das práticas pedagógicas no ensino de História. Muitos professores, embora afetados pela censura, buscaram maneiras de contornar a rígida

normatização dos conteúdos e de incorporar abordagens mais críticas em suas aulas.

Como aponta Chauí (1978, p. 45), alguns professores encontraram formas de subverter o currículo oficial, utilizando o espaço da sala de aula para fazer uma leitura crítica da História, mesmo que de maneira velada. Essa resistência podia ocorrer de diferentes formas: por meio da leitura de documentos históricos não-oficiais, pela introdução de fontes alternativas ou pela ênfase em episódios históricos que fossem interpretados de maneira crítica ao regime. Essas práticas, no entanto, eram realizadas com grande cautela, pois a vigilância sobre o conteúdo ministrado nas escolas era intensa.

Em sua análise, Martins (2007, p. 139) observa que a autocensura era um mecanismo importante no cotidiano dos professores de História. Eles eram forçados a negociar constantemente entre as exigências do currículo oficial e os seus próprios valores e visões de mundo. Para muitos, a resistência era uma prática diária, que exigia astúcia e coragem para driblar a censura sem perder a integridade acadêmica.

## **2.5 O Impacto na Prática Docente no Ensino Médio**

O impacto da formação dos professores de História no ensino médio foi profundo, pois muitos docentes saíam dos cursos de licenciatura curta sem a preparação necessária para lidar com a diversidade de interpretações históricas. No entanto, a prática docente no ensino médio, como mostra Martins (2007, p. 144), foi marcada por tensões entre o currículo oficial e as necessidades da sala de aula. A pressão para ensinar de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo regime contrastava com a realidade das turmas e os desafios do ensino, o que tornava a prática docente mais complexa.

Assim, a formação dos professores de História na Ditadura Militar não só refletiu as características do currículo oficial da época, mas também influenciou as práticas pedagógicas no ensino médio, caracterizadas por um equilíbrio delicado entre a adesão ao regime e a manutenção da autonomia docente.

## **2.6 O Papel dos Livros Didáticos na Formação dos Professores de História**

Outro elemento fundamental na formação dos professores de História durante a Ditadura Militar foi a produção e o controle dos livros didáticos. Durante o regime, os livros didáticos passaram a ser um dos principais veículos de disseminação da ideologia oficial, não só para os estudantes, mas também para os professores que utilizavam essas obras em suas práticas pedagógicas. O processo de seleção dos livros didáticos era rigorosamente controlado pelos órgãos do governo,

e qualquer conteúdo que não estivesse alinhado com a ideologia do regime era passível de censura.

De acordo com Chauí (1978, p. 18), a reforma educacional promovida pela Ditadura Militar teve como um de seus principais objetivos a "reestruturação do conteúdo de História, criando uma versão oficial que omitia ou distorcia os aspectos mais críticos da realidade social e política do Brasil". Os livros didáticos de História passaram a ser um reflexo dessa construção ideológica, sendo frequentemente revisados e adaptados pelos órgãos de censura para garantir que estivessem alinhados aos interesses do regime.

Os livros didáticos de História durante a Ditadura Militar não apenas evitavam a abordagem de temas considerados subversivos, como também enfatizavam as glórias da "Revolução de 1964" (golpe militar) e a importância da "ordem" e da "prosperidade" trazidas pelo regime. A obra de Chauí (1978) discute como o conteúdo de História foi moldado para servir aos interesses do regime, criando uma narrativa que exaltava as virtudes da ditadura enquanto minimizava ou distorcia os acontecimentos e movimentos sociais que se opunham ao regime. A História se transformava em uma ferramenta de legitimação do poder, e os professores de História, ao utilizarem esses livros didáticos, passavam a ser, de certa forma, transmissores dessa visão oficial.

Cunha (1983, p. 210) complementa afirmando que "o controle da produção de livros didáticos foi um dos mecanismos mais eficazes para garantir que a história contada nas escolas estivesse em conformidade com as diretrizes do regime, criando uma narrativa que exaltava a 'Revolução de 1964' como um movimento de salvação nacional e a prosperidade econômica trazida pelo regime como uma evidência de sua legitimidade". Assim, os professores de História, ao adotarem esses livros, eram também transmissores dessa visão unificada e oficial do Brasil.

Além disso, a escolha dos livros didáticos não era algo neutro; ela refletia uma política educacional que procurava moldar as mentes dos futuros cidadãos de acordo com a visão do regime. O controle do conteúdo educacional se dava por meio da autorização de livros didáticos aprovados por censores do regime, e essa imposição impactava diretamente a formação dos professores. O docente, ao ser formado dentro desse sistema, se via muitas vezes restrito na construção de seu próprio repertório de ensino, dependendo das obras aprovadas para ensinar aos alunos.

Esse controle dos livros didáticos não era uma simples questão de censura de conteúdos subversivos, mas uma estratégia sistemática para moldar o pensamento das novas gerações. Como Krawczyk (2005, p. 91) destaca, "a manipulação do conteúdo educacional durante a

Ditadura foi uma tentativa deliberada de educar a juventude para que abraçasse a ordem e a disciplina, elementos essenciais para a manutenção do regime".

## **2.7 A Censura e Autocensura no Contexto da Formação Docente**

O fenômeno da censura e da autocensura foi uma das características mais marcantes do período da Ditadura Militar e teve um impacto profundo na formação e na prática dos professores de História. No contexto dos cursos de licenciatura, os docentes que lecionavam História eram, em grande parte, formadores de novos professores. Esses professores eram cuidadosamente escolhidos e, muitas vezes, alinhados ideologicamente com o regime, já que os cursos de História passaram a ser um espaço de disseminação da visão oficial do regime.

O impacto da Ditadura Militar no ensino de História foi profundo, pois a narrativa oficial do regime invadiu todos os aspectos do currículo escolar. Para garantir que essa ideologia fosse transmitida aos alunos, era fundamental que os professores de História fossem formados dentro dessa lógica, e isso se refletiu diretamente nos cursos de licenciatura. A formação docente tornou-se, assim, um processo de adaptação e conformismo, no qual os professores eram ensinados a compreender a História a partir de uma visão única e unificada, que omitiria as contradições da história política do país. Essa visão oficial foi repetidamente reforçada nos espaços educacionais, limitando a reflexão crítica sobre o papel do Estado e do regime militar. Martins (2007, p. 142)

Dentro desse cenário, a autocensura se tornou uma ferramenta fundamental para que os professores conseguissem continuar a lecionar sem enfrentar represálias mais severas. Muitos educadores aprenderam a "navegar" entre os limites impostos pelo regime, muitas vezes ensinando conteúdos que se ajustavam ao currículo oficial de maneira aparente, mas que, ao mesmo tempo, poderiam incluir pequenas subversões ou brechas. Essa prática, no entanto, exigia grande habilidade e muitas vezes resultava em uma experiência de formação docente limitada em termos críticos e reflexivos.

Conforme Martins (2007, p. 142) observa, "o regime militar, ao controlar os cursos de formação de professores, buscava garantir que os futuros docentes de História fossem formados dentro de um paradigma ideológico restrito, onde a compreensão da História deveria se alinhar à narrativa oficial do regime". Essa imposição da história oficial foi acompanhada de uma pressão constante sobre os professores para que seguissem rigidamente as orientações do governo, resultando em uma formação superficial, que não permitia um aprofundamento nas discussões críticas sobre os eventos históricos.

O fenômeno da autocensura também foi um aspecto importante nesse processo. Muitos professores, cientes das consequências de um discurso subversivo, ajustaram suas práticas pedagógicas para evitar punições. A autocensura permitia que os docentes continuassem a lecionar sem correr o risco de sofrer represálias do regime. Krawczyk (2005, p. 95) observa que, "os professores, ao se verem diante da censura explícita, muitas vezes se viam forçados a adotar uma postura neutra e a omitir discussões que poderiam ser interpretadas como contrárias à ordem estabelecida".

A censura nos cursos de formação e nas escolas foi uma das maneiras mais eficazes de garantir que os futuros professores de História não questionassem os princípios do regime. A censura não era apenas uma questão de cortar conteúdos; ela envolvia uma imposição de valores que definia as fronteiras do que poderia ser ensinado e do que era considerado perigoso. A pressão para conformar-se a essas normas era constante, e a autocensura se manifestava de diversas maneiras. Muitos professores se viam forçados a adotar posturas "neutras" em sala de aula ou, no melhor dos casos, a evitar temas que pudessem ser interpretados como "subversivos", como as discussões sobre movimentos sociais, a luta pela democracia e a repressão política.

O controle da narrativa histórica e a imposição de valores autoritários nas salas de aula criaram um ambiente onde a reflexão crítica era muitas vezes sufocada. Como destaca Saviani (2001, p. 260), "a censura não apenas silenciava os professores, mas também buscava conformar a formação docente a um modelo educacional que não estimulasse o pensamento crítico ou a reflexão sobre as práticas políticas do regime".

## **2.8 A Formação Docente e o Impacto nas Práticas Pedagógicas no Ensino Médio**

O impacto da formação dos professores de História durante a Ditadura Militar nas práticas pedagógicas no Ensino Médio foi profundo e se refletiu de maneira visível na sala de aula. Os professores formados por meio do currículo oficial, restrito e controlado, tinham que adaptar suas práticas à realidade das escolas, onde frequentemente enfrentavam um público de alunos que, por sua vez, também passava por uma formação ideológica influenciada pelo regime.

A formação teórica dos professores, em algumas instituições, ainda poderia apresentar resquícios de uma abordagem mais crítica da História, mas a realidade das salas de aula no Ensino Médio limitava essa possibilidade. Como Vilela (2003, p. 120) aponta, "muitos professores formados durante a Ditadura Militar estavam imersos em uma visão restrita e autoritária, que dificultava a adoção de metodologias de ensino que estimulassem a análise crítica dos alunos". As práticas pedagógicas, portanto, estavam muitas vezes amarradas ao

modelo autoritário do regime, refletindo a imposição da história oficial.

No ensino médio, a disciplina de História era, muitas vezes, tratada como um veículo para a transmissão de uma visão oficial do Brasil e do mundo, em que os alunos eram conduzidos a ver o regime militar como um agente de estabilidade e progresso. Mesmo que a formação teórica dos professores, em algumas instituições de ensino superior, ainda mantivesse resquícios de uma perspectiva mais crítica, o formato de ensino e os materiais disponíveis nos cursos de licenciatura curta impediam o desenvolvimento de uma prática pedagógica reflexiva. Muitos professores se viam em uma posição de subordinação ideológica, sendo obrigados a ensinar a História segundo as normas e diretrizes oficiais, independentemente de suas próprias convicções.

Ao mesmo tempo, como já mencionado, havia resistência. Alguns professores de História procuraram, dentro dos limites impostos pelo regime, criar estratégias de ensino que possibilitassem uma maior reflexão crítica sobre os eventos históricos, ainda que de maneira indireta. Por exemplo, ao falar sobre a "Revolução de 1964" (golpe militar), os professores poderiam enfatizar as contradições do regime e as consequências da ditadura sobre a sociedade, ainda que de maneira sutil. Isso gerava, muitas vezes, um espaço de resistência nas aulas de História, embora o risco de censura fosse constante.

No entanto, Martins (2007, p. 145) aponta que, mesmo com as limitações impostas pela censura, alguns professores de História tentaram criar pequenas brechas para a reflexão crítica. Ela observa que "apesar da pressão constante para manter uma narrativa alinhada à versão oficial, havia tentativas de resistência por parte dos docentes, que, de forma sutil, procuravam incitar os alunos a questionar o conteúdo que lhes era apresentado, muitas vezes utilizando fontes alternativas ou metodologias de ensino que favoreciam o pensamento crítico".

Essas tensões entre o currículo oficial e as práticas docentes refletiam, por um lado, a imposição de uma narrativa histórica unificada e oficial, e por outro, a necessidade de uma formação crítica, que era silenciada ou minimizada pelo regime. A forma como os professores lidavam com essas pressões e como conseguiam subverter ou adaptar os conteúdos da História dentro da sala de aula era um reflexo da complexidade do processo de ensino durante a Ditadura Militar.

## **2.9 A Duração das Consequências da Formação Durante a Ditadura**

Como Napolitano (2007, p. 120) observa, "a permanência de um currículo autoritário e a conformidade dos professores com esse modelo formativo persistiram muito além do fim da

Ditadura, dificultando a introdução de uma educação mais crítica e plural". A ênfase na formação técnica e rápida dos professores, que não priorizava o desenvolvimento de uma visão crítica, teve um efeito duradouro no sistema educacional brasileiro

As consequências da formação de professores de História durante a Ditadura Militar se estenderam para além do período do regime. A ênfase na formação técnica e curta, a imposição de uma visão ideológica oficial e a redução da autonomia docente afetaram gerações de professores que, mesmo após a abertura política e o fim da ditadura, encontraram dificuldades para se desvincular dos paradigmas de ensino que haviam sido implantados ao longo de 21 anos de regime militar.

Muitos desses professores continuaram a atuar nas escolas de Ensino Médio por décadas, transmitindo para gerações seguintes de alunos um conteúdo histórico que, em muitos casos, estava longe de refletir as transformações e discussões sociais mais amplas. O processo de formação docente durante a ditadura, com sua ênfase no controle ideológico e na censura, deixou marcas profundas nas metodologias de ensino e nas formas de conceber a história e a política, o que só começou a ser revertido a partir da redemocratização, com a criação de novos programas de formação e a introdução de uma abordagem mais crítica e plural no ensino de História.

Chauí (1978, p. 24) conclui que "as marcas da formação docente durante a Ditadura se estenderam para a década seguinte, quando muitos professores, mesmo já com liberdade política, continuaram a transmitir uma visão da História que não questionava o papel do regime nem as suas implicações sociais e políticas".

Neste capítulo, foi possível analisar os processos de formação dos professores de História durante a Ditadura Militar, destacando a implementação dos cursos de licenciatura curta, a imposição de valores ideológicos e as práticas pedagógicas adotadas nesse período. A pesquisa indicou que, durante a ditadura, o regime militar buscou controlar o conteúdo dos currículos, a formação dos docentes e, por conseguinte, a prática pedagógica nas escolas, criando um modelo de ensino que favorecia a ideologia oficial e a subordinação dos professores aos interesses do Estado. No entanto, a resistência, tanto por parte dos docentes quanto dos próprios alunos, permeou essa realidade, gerando tensões e formas de subversão nas práticas pedagógicas de História. Esse capítulo contribui para a compreensão de como a Ditadura Militar influenciou a formação dos professores de História e os desafios enfrentados por esses profissionais ao lidarem com a imposição de um currículo autoritário no contexto educacional.

Com foco na reestruturação dos cursos de licenciatura, a introdução de valores ideológicos no

currículo de formação e os desafios enfrentados pelos docentes ao tentarem conciliar o currículo oficial com as necessidades de suas práticas pedagógicas no ensino médio. A análise das obras de Marilena Chauí e Maria do Carmo Martins evidenciou como o controle ideológico sobre o currículo escolar e a formação docente foi uma das principais estratégias do regime militar para garantir a uniformidade do ensino e a transmissão de uma narrativa oficial da História. A resistência, embora presente, se manifestava de forma velada, refletindo as tensões entre a prática pedagógica e a imposição do regime.

### **Capítulo 3: Desafios na Conciliação do Currículo Oficial e a Prática Docente Durante a Ditadura Militar: Censura, Autocensura e Resistência no Ensino de História.**

A ditadura militar no Brasil (1964-1985) representou um período de intensa repressão política, que permeou todas as esferas da sociedade, inclusive o campo educacional. Durante esse período, a educação, e em especial o ensino de História, tornou-se um campo de luta, onde os professores precisaram negociar constantemente entre os requisitos do currículo oficial imposto pelo regime e os desafios de manter alguma forma de pensamento crítico em sala de aula. O ensino de História, como ferramenta de construção da identidade nacional, foi particularmente afetado, uma vez que a narrativa oficial precisava se alinhar com os interesses do regime militar. Nesse contexto, os professores enfrentaram um dilema constante: seguir o currículo estabelecido, repleto de omissões e distorções, ou procurar formas de resistir e questionar a versão oficial da história.

Este capítulo busca analisar os desafios enfrentados pelos professores de História ao tentar conciliar as diretrizes do currículo oficial com sua prática docente no ensino médio durante o regime militar, com foco nos temas da censura, autocensura e resistência. Também será discutido como alguns professores, em sua prática pedagógica, tentaram subverter as limitações impostas pelo regime, trazendo à tona discussões críticas sobre a história recente do Brasil, como o golpe militar e a repressão.

#### **3.1 O Currículo Oficial Durante a Ditadura Militar**

O currículo oficial da ditadura militar foi elaborado de maneira a reforçar a visão do regime sobre a história do Brasil, minimizando ou distorcendo fatos importantes, especialmente no que se referia à história recente, como o golpe de 1964 e os anos de repressão. Segundo Napolitano (2006), o regime militar buscou construir uma história oficial que excluísse as

narrativas críticas sobre o golpe e os anos de repressão. A historiografia oficial do período minimizava ou omitia o impacto das ações repressivas, como a censura e as violações dos direitos humanos.

De acordo com Kallás (2015), o currículo escolar, particularmente o ensino de História, foi instrumentalizado como uma ferramenta para consolidar a narrativa oficial do Estado, que apresentava o golpe militar como uma "revolução" e os anos subsequentes como uma etapa de "recuperação da ordem" e "desenvolvimento". O ensino de História, portanto, foi moldado para atender aos interesses ideológicos do regime, distorcendo o passado recente para justificar o golpe de 1964.

A ditadura militar não se limitou a controlar os conteúdos ministrados nas escolas; ela também procurou reconfigurar a prática pedagógica, impondo um currículo que visava a formação de indivíduos voltados para a manutenção da ordem estabelecida. Os professores foram forçados a se adaptar a essa nova realidade, muitas vezes se tornando propagandistas do regime sem querer, já que a transgressão das normas educacionais podia resultar em punições severas. Esse processo de conformação do educador à ideologia do Estado é o que podemos chamar de 'educação por adesão', onde a reflexão crítica e o questionamento dos conteúdos se tornavam atividades de risco. (SAVIANI, 2010, p. 233).

Neste cenário, o currículo de História do ensino médio priorizava uma visão de um Brasil que se desenvolvia sob a égide da disciplina e da ordem. As questões relacionadas à repressão política, tortura, e censura eram minimizadas ou simplesmente omitidas. A formação dos professores de História estava intimamente ligada à necessidade de se alinhar a essa narrativa oficial, com grande ênfase em disciplinas que exaltavam o "patriotismo" e a "unidade nacional", em detrimento de uma abordagem crítica sobre a história do país. Martins (2006) argumenta que a atuação do professor, nesse contexto, era regulada por uma “demarcação ideológica”, onde qualquer abordagem divergente poderia ser vista como subversiva.

Porém, ao mesmo tempo, o currículo impunha um grave paradoxo aos professores: era preciso ensinar História de acordo com o currículo oficial, mas ao mesmo tempo, a realidade histórica, vivida pelos próprios alunos e professores, indicava uma outra narrativa, mais complexa e crítica. O regime militar, ao tentar impor uma versão única da história, criou um espaço propício para o surgimento de práticas pedagógicas de resistência.

### **3.2 A Censura e Autocensura no Ensino de História**

A censura foi uma das estratégias mais eficazes utilizadas pelo regime militar para

controlar a produção e a circulação do conhecimento, especialmente no que se referia ao ensino de História. Documentos, livros didáticos e até mesmo palestras e aulas eram frequentemente monitorados. Segundo Gil (2004), qualquer conteúdo que pudesse ser interpretado como subversivo, ou que questionasse a versão oficial da história, estava sujeito a ser censurado.

A censura no regime militar se estendia para além dos livros didáticos e das publicações periódicas. Ela se fazia presente nas próprias salas de aula, onde os professores de História eram vigiados e orientados a seguir à risca os princípios do currículo imposto pelo governo. Em muitos casos, a autocensura se tornou um mecanismo de sobrevivência para os educadores, que precisavam equilibrar o ensino da História com as exigências de um regime autoritário que não admitia divergências. Mesmo quando a repressão não era explícita, o medo da vigilância impunha limites à liberdade de ensino (GIL, 2004, p. 118).

Para os professores de História, essa realidade representava um enorme desafio, uma vez que o regime impôs uma série de limitações sobre o que poderia ser ensinado. A censura às vezes tomava a forma de cortes diretos nos conteúdos dos livros didáticos ou até mesmo nas orientações que os professores recebiam. Além disso, os próprios materiais didáticos foram minuciosamente revisados, com muitas vezes a remoção de conteúdos que discutissem a política interna do país ou que pudessem sugerir críticas ao regime militar. Cunha (1994) aponta que, além de documentos e livros, o próprio espaço de debate nas escolas era regulado para impedir qualquer forma de contestação ao regime.

O processo de autocensura também foi uma realidade constante para os professores. A autocensura era um mecanismo pelo qual os docentes, conscientes da vigilância e das consequências de suas escolhas pedagógicas, se viam forçados a omitir ou suavizar temas sensíveis. Tendo em mente as punições severas para aqueles que eram considerados "subversivos", muitos professores optaram por adaptar suas abordagens, a fim de evitar represálias. Gil (2004) destaca que, embora os professores estivessem cientes das restrições impostas pelo regime, muitos tentavam "navegar" entre o cumprimento das diretrizes e a preservação de um certo grau de autonomia na sua prática pedagógica.

### **3.3 A Resistência no Ensino de História**

A resistência ao currículo imposto pelo regime militar e à censura não era uma tarefa simples, mas alguns professores de História encontraram formas criativas de subverter o sistema. Essa resistência podia ocorrer de diversas maneiras, desde pequenas ações dentro da sala de aula até iniciativas mais ousadas, que buscavam promover um ensino de História que

estivesse mais próximo da realidade histórica e das experiências vividas pelos alunos. De acordo com Kallás (2015), muitos professores, conscientes das limitações, adotaram uma postura de resistência pedagógica, utilizando métodos alternativos para contornar as censuras.

Apesar de todo o controle ideológico imposto pela Ditadura Militar sobre o conteúdo curricular, os professores de História, como sujeitos críticos e formadores de opinião, continuaram a desempenhar um papel fundamental na resistência à censura e à distorção da história. Nos anos seguintes ao golpe de 1964, professores de diversas partes do Brasil, mesmo sabendo dos riscos envolvidos, criaram espaços de resistência dentro da sala de aula, utilizando práticas pedagógicas que buscavam instigar o pensamento crítico e a reflexão sobre os reais impactos do regime militar na sociedade brasileira (KALLÁS, 2015, p. 234).

Em muitos casos, os professores se utilizaram de fontes históricas não oficiais, como relatos de vítimas de tortura ou documentos que circulavam clandestinamente, como forma de levar ao conhecimento dos alunos questões importantes sobre o regime militar e a repressão política. Nessa busca por alternativas, alguns docentes também utilizavam de formas de análise crítica que permitiam uma abordagem mais livre da História, utilizando discussões sobre a liberdade e a democracia como pontos de partida para questionar a versão oficial da história (Martins, 2006).

O currículo imposto pela Ditadura Militar não era apenas uma coleção de conteúdos escolares; ele refletia um projeto ideológico muito claro, que buscava moldar a sociedade conforme os interesses do regime. Os professores de História, ao lidarem com essas imposições, precisaram encontrar maneiras de inserir no processo de ensino uma crítica que fosse ao mesmo tempo sutil e eficaz. Muitos docentes recorreram a estratégias pedagógicas criativas, como o uso de fontes alternativas e a abordagem de temas históricos de maneira indireta, a fim de instigar nos alunos uma reflexão crítica sobre o período da repressão sem infringir as normas (MARTINS, 2006, p. 156).

Além disso, o fato de muitos professores estarem diretamente envolvidos em movimentos sociais ou políticos também contribuiu para que se formassem espaços de resistência. Alguns docentes estavam ligados a grupos de esquerda ou a organizações que, mesmo sob a vigilância do regime, continuaram a defender a importância da liberdade de expressão e o direito à educação crítica. Esses grupos ajudaram a criar uma rede de apoio para os professores, permitindo que, de maneira clandestina, pudessem compartilhar materiais didáticos alternativos e discutir novas abordagens pedagógicas. Saviani (2010) aponta que essa resistência foi essencial para garantir que, após a redemocratização, houvesse uma base crítica no ensino de História no Brasil.

### **3.4 O Impacto da Resistência na Formação dos Alunos**

Embora o regime militar tenha feito esforços para impedir qualquer tipo de pensamento crítico nas escolas, a resistência dos professores teve um impacto significativo na formação de seus alunos. A educação durante a ditadura não foi unidimensional e, em muitas salas de aula, os alunos foram capazes de ouvir versões alternativas da história e se engajar em discussões que iam além do currículo oficial. Como afirma Lagoa (1991), a prática docente de resistência ajudou a formar uma geração que questionaria as narrativas oficiais, impulsionando, ao longo do tempo, um debate mais amplo sobre o regime militar e suas consequências.

Na década de 1960 e início dos anos 1970, muitos estudantes universitários e secundaristas se organizaram em movimentos de resistência que buscavam reverter as versões oficiais sobre a Ditadura Militar e suas consequências. Em diversas escolas e universidades, grupos de estudantes debatiam sobre os fatos históricos e a realidade política do Brasil, questionando abertamente os conteúdos da História ensinados nas escolas. Esses estudantes criaram um ambiente propício para a reflexão crítica, inclusive através de protestos organizados, distribuição de panfletos e produção de materiais alternativos que desafiavam as interpretações oficiais, oferecendo ao público uma visão mais ampla e menos censurada da história recente (NAPOLITANO, 2006, p. 223)

Essa resistência foi particularmente importante no ensino de História, pois muitos alunos puderam compreender, mesmo que de forma indireta, as contradições da narrativa oficial e desenvolver um senso crítico sobre os eventos políticos recentes do Brasil. Ao aprenderem sobre o golpe de 1964, a repressão política e as violações dos direitos humanos, muitos estudantes começaram a questionar a versão oficial apresentada pelos livros didáticos e a perceber as tensões entre o discurso do regime e a realidade histórica. De acordo com Nápolitano (2006), esses alunos estavam frequentemente expostos a uma "história disfarçada", que, embora não fosse explicitamente abordada pelos professores, ainda assim os fazia refletir criticamente sobre a realidade.

### **3.5 A Memória e o Legado da Resistência Docente**

O legado da resistência dos professores de História durante a Ditadura Militar se estende muito além do período de repressão, reverberando ao longo das décadas seguintes e influenciando a maneira como a História foi ensinada nas escolas. O trabalho dos educadores não se limitou a fornecer conteúdos oficiais ou a evitar o regime de censura; ao contrário, ao desafiar o autoritarismo e tentar resgatar uma história mais crítica e plural, esses professores

contribuíram para o fortalecimento da memória democrática no Brasil. Kallás (2015) ressalta que, mesmo após a redemocratização, muitos professores e historiadores continuaram a revisar e a refletir sobre os usos públicos da história recente, sendo protagonistas de um movimento mais amplo de reconstrução do passado e da memória nacional.

A memória dos professores que resistiram ao regime militar não deve ser entendida apenas como um resquício do passado, mas como um legado que, ainda hoje, influencia a prática docente. A resistência desses professores, seja por meio de subversão pedagógica, seja pela manutenção de espaços críticos de reflexão, deixou uma marca na forma como a História é ensinada nas escolas brasileiras. Embora os tempos de repressão tenham passado, a memória dessa resistência segue viva, influenciando a formação dos novos educadores que, ao lidarem com a história recente, buscam assegurar que a verdade sobre a Ditadura Militar seja transmitida às novas gerações (KALLÁS, 2015, p. 312)

A preservação da memória da resistência pedagógica tornou-se crucial na década de 1980, quando o Brasil vivenciou o processo de abertura política e redemocratização. Os professores de História, que já haviam passado por uma fase de adaptação e resistência, participaram ativamente da revisão histórica que marcou esse período. De acordo com Martins (2006), a reconstrução da história do Brasil, após o fim da Ditadura Militar, não significava apenas revisar a versão oficial dos fatos, mas também lembrar as vozes silenciadas e as experiências daqueles que resistiram ao regime.

O legado da resistência dos professores durante a Ditadura Militar se consolidou na medida em que eles, mesmo sob risco, preservaram a memória de um Brasil que não podia ser silenciado. Muitos desses educadores contribuíram diretamente para a formação de uma geração de alunos que passou a questionar a narrativa oficial do regime. Além disso, os próprios professores, ao revisitar o período de repressão, ajudaram a criar um espaço de memória que não se limitava ao que era oficialmente aceito, mas que oferecia aos estudantes uma visão plural e crítica dos eventos. Este legado se manifestou em práticas pedagógicas que buscavam dar voz aos silenciados pela censura, contribuindo para uma educação mais democrática e plural (SAVIANI, 2010, p. 214).

Além disso, a resistência de muitos educadores acabou criando uma base de solidariedade entre professores e intelectuais que, ao longo dos anos, se mobilizaram por uma historiografia mais crítica e plural, que olhasse para a repressão e a violência do período militar de forma integral. Como destaca Saviani (2010), a luta pelo reconhecimento das vítimas da ditadura e pela reparação histórica foi, em muitos casos, impulsionada pelos professores de História, que não se limitaram a ensinar a "história oficial", mas também a promover o

questionamento sobre o papel do Estado e do regime militar na construção do Brasil moderno.

### **3.6 A Transição para a Democratização e os Desafios no Ensino de História**

A transição para a democracia no Brasil trouxe uma nova configuração para o ensino de História, mas não significou um rompimento abrupto com o passado. A revisão do currículo de História e a retomada do debate sobre a Ditadura Militar foram essenciais para reconstruir a memória nacional. Entretanto, como aponta Cunha (1994), o processo de transição não foi isento de dificuldades. A reconstrução da História no ensino médio, especialmente a abordagem sobre os anos de repressão, envolveu um processo de reconstrução do passado que se deu de forma gradual, e muitas das tensões que permeavam o campo educacional nos anos 1980 continuam presentes até hoje.

A democratização trouxe consigo novos desafios para os professores de História, pois, além de enfrentar as restrições do passado, os educadores agora precisavam lidar com a pressão de revisar e discutir, em sala de aula, um período político ainda muito recente. Kallás (2015) salienta que muitos educadores tiveram de buscar uma nova forma de abordar temas como a repressão política e as violações dos direitos humanos, que haviam sido silenciados durante a Ditadura Militar. Esse esforço de reinterpretação, no entanto, foi marcado por divisões políticas dentro da sociedade brasileira, o que gerou resistências também em outros setores da educação.

A busca por um ensino de História que fosse plural e verdadeiramente democrático se chocava com as tensões da sociedade brasileira pós-ditadura, onde ainda existiam setores que se opunham à revisão crítica da história e tentavam manter a narrativa oficial que minimizava os abusos do regime. Essa situação tornou-se um dos principais desafios enfrentados pelos educadores de História na década de 1980, como destacou Gil (2004). Mesmo após o fim da censura formal, o campo do ensino de História continuava a ser um local de embates ideológicos, no qual os professores desempenhavam um papel central, tanto na construção de uma narrativa mais democrática quanto na preservação de uma memória crítica e plural.

### **3.7 A Importância do Legado da Resistência no Ensino de História Hoje**

O legado da resistência docente durante a Ditadura Militar continua sendo um dos pilares mais importantes para o ensino de História no Brasil contemporâneo. Mesmo nos dias de hoje, em um contexto de crescente polarização política, os professores de História continuam a desempenhar um papel fundamental no processo de formação de uma consciência crítica sobre o passado e o presente. Nessa linha, Saviani (2010) observa que a resistência do passado

serve como um lembrete de que a história não deve ser ensinada apenas como um conjunto de fatos a serem memorizados, mas como um campo de disputa de sentidos, no qual a educação tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais democrática e consciente.

A transição para a democratização e a reabertura das discussões sobre a Ditadura Militar exigiram uma profunda reestruturação no ensino de História, que passou a ser visto como um campo de formação de cidadãos críticos e conscientes. Contudo, esse processo não foi simples. Em muitas escolas, o ensino de História se viu dividido entre os esforços para promover uma educação democrática e as resistências políticas e familiares que queriam preservar o legado do regime militar. Os professores de História, em sua maioria, enfrentaram um duplo desafio: por um lado, precisavam integrar novas narrativas, mais plurais e críticas, mas, por outro, tinham que lidar com o conservadorismo de boa parte da sociedade, que ainda não havia superado as tensões políticas do período autoritário. Esse cenário demandou dos educadores uma postura firme, de mediação entre o passado e o presente, garantindo que os alunos pudessem entender a História não apenas como um registro de fatos, mas como um campo de disputa política e social (SAVIANI, 2010, p. 233).

Atualmente, os desafios para os professores de História são diferentes, mas a prática pedagógica de resistência segue relevante. O ensino de História precisa não apenas corrigir os erros e omissões do passado, mas também fornecer aos alunos as ferramentas para refletir sobre o presente e o futuro. Martins (2006) enfatiza que o currículo de História deve ser encarado não como um conjunto fechado de conteúdos, mas como um campo dinâmico que, constantemente, deve ser questionado e reconfigurado, especialmente em um contexto de revisões políticas que podem surgir a qualquer momento.

A redemocratização do Brasil trouxe consigo a necessidade urgente de revisar os paradigmas educacionais e historiográficos que haviam sido impostos durante a Ditadura Militar. No entanto, esse processo de transição foi marcado por uma resistência, tanto por parte do Estado quanto de setores da sociedade, em aceitar a necessidade de uma história crítica e plural. Muitos professores de História se viram em uma situação ambígua, pois, embora a liberdade de ensinar fosse restabelecida, o campo do conhecimento histórico ainda estava impregnado por velhas versões e omissões, principalmente relacionadas ao período da Ditadura Militar. O desafio foi transformar o ensino de História em um espaço de reflexão crítica, sem cair na tentação de um revisionismo que pudesse apaziguar os conflitos sociais ainda vivos (MARTINS, 2006, p. 160).

O desafio de ensinar História, portanto, continua a ser um terreno de resistência. Os

professores são chamados a mediar uma reflexão sobre a história recente do Brasil e a promover a memória das vítimas da ditadura militar, com o objetivo de evitar que as lições do passado sejam esquecidas. A atuação crítica dos professores de História não se limita apenas ao ensino do conteúdo, mas se estende à formação de uma consciência crítica que ajude os alunos a compreender as complexidades do presente, como a luta pelos direitos humanos, a preservação da democracia e a promoção de uma sociedade justa.

### **3.8 Considerações Finais: A Persistência da Prática Docente Crítica**

O ensino de História durante a Ditadura Militar revelou um cenário de grandes desafios para os professores, que, além de lidarem com a censura e a repressão, também buscavam preservar a autonomia pedagógica e a reflexão crítica dentro da sala de aula. Mesmo em um contexto de vigilância e censura, muitos professores de História foram capazes de subverter a narrativa oficial e criar espaços de resistência e questionamento. Como ressaltam Gil (2004) e Kallás (2015), esse movimento de resistência foi crucial para o fortalecimento de uma memória crítica sobre o regime militar, que, embora tardia, foi fundamental para a consolidação da democracia no Brasil.

A persistência da prática docente crítica, especialmente no campo da História, é uma das grandes conquistas da educação brasileira pós-Ditadura. Mesmo com a abertura política e a transição para a democracia, o ensino de História enfrentou novos desafios, como o revisionismo e as pressões de setores conservadores que queriam reescrever a História de forma distorcida. No entanto, os professores, que ao longo dos anos mantiveram viva a memória crítica, conseguiram construir uma prática pedagógica que resiste até hoje. A educação em História não se limita a ensinar conteúdos, mas busca proporcionar aos alunos uma reflexão sobre o passado e suas implicações no presente, com o objetivo de formar cidadãos críticos, capazes de identificar e questionar as injustiças e os abusos de poder. Essa prática crítica se mantém, sobretudo, através do compromisso dos educadores em promover uma educação que se distancie da História oficial e das narrativas simplistas (GIL, 2004, p. 145).

O legado dessa resistência pedagógica é, hoje, um elemento indispensável no ensino de História no Brasil. Ao analisar a prática docente durante a Ditadura Militar e seus desdobramentos, fica evidente que a resistência não foi apenas uma forma de adaptação às dificuldades impostas pelo regime, mas também uma maneira de afirmar o compromisso com uma educação crítica e plural. A história do ensino de História no Brasil é, portanto, inseparável do contexto de resistência e das lutas por liberdade e democracia, que continuam a ser temas

centrais no debate educacional contemporâneo.

Apesar das dificuldades enfrentadas no período de transição para a democracia e das pressões para que o ensino de História se tornasse mais neutro ou distorcido, a prática docente crítica persistiu e se consolidou como uma ferramenta importante de resistência e de formação crítica nas escolas. A memória da resistência dos professores de História, tanto no período da Ditadura Militar quanto após o fim do regime, continua a ser uma inspiração para os educadores atuais. Mesmo diante de novas formas de controle e censura que podem surgir, os professores seguem se dedicando a criar espaços de reflexão onde os alunos possam questionar as narrativas oficiais, refletir sobre os direitos humanos e construir um entendimento crítico da História recente do Brasil. A prática crítica, portanto, não é apenas um resquício do passado, mas uma prática viva, que permanece sendo um dos pilares da educação democrática no país (KALLÁS, 2015, p. 325).

Os professores de História durante a ditadura militar enfrentaram desafios imensos ao tentar conciliar o currículo oficial imposto pelo regime com a realidade histórica e as necessidades educacionais de seus alunos. A censura e a autocensura impuseram limites severos ao ensino de História, mas, ao mesmo tempo, também fomentaram formas criativas de resistência pedagógica. Professores que, mesmo sob a vigilância constante, buscaram proporcionar uma educação crítica, contribuíram para a formação de cidadãos mais conscientes e questionadores. A resistência no ensino de História durante a ditadura não apenas desafiou a narrativa oficial, mas também ajudou a construir uma base para os debates democráticos que viriam a ocorrer após o fim do regime militar.

Nos dias de hoje, o legado dessa resistência continua a ser uma parte fundamental da formação crítica no ensino de História, lembrando-nos de que a educação não pode ser apenas um reflexo do poder, mas deve ser também um campo de liberdade e reflexão. O estudo da História no Brasil continua sendo um processo de negociação entre diferentes versões do passado, e a resistência pedagógica desempenha um papel central nesse processo, assegurando que a memória da ditadura militar e seus impactos nunca sejam esquecidos.

## CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo desta pesquisa buscou compreender as interações entre o currículo oficial de História e a prática docente durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Partindo dos objetivos propostos, os resultados destacam os impactos das políticas curriculares autoritárias na formação de professores e no ensino médio, enfatizando as ênfases entre as diretrizes oficiais e as práticas pedagógicas empregadas pelos docentes.

Conforme analisado no primeiro capítulo, o currículo oficial de História durante a ditadura foi profundamente alterado por medidas como a Lei nº 5.692/1971, que instituiu uma fusão das disciplinas História e Geografia em Estudos Sociais no ensino fundamental. Essa reformulação curricular visava despolitizar o ensino, enfatizando o nacionalismo, o progresso econômico e o papel do Estado como agente central da sociedade. As fontes comprovadas indicam que os professores de História enfrentaram sérias dificuldades ao incluir temas que fomentaram o período.

Muitos educadores relataram um distanciamento entre os conteúdos oficiais e as realidades vivenciadas pelos alunos, o que foi estudado em um ensino descontextualizado e de caráter informativo. Como afirmou Cunha (1975), o objetivo era suprimir o potencial questionador da História, alinhando-a aos interesses do regime. Esse quadro gerou frustrações entre os professores, que, muitas vezes, viam sua autonomia cerceada.

No segundo capítulo, foram discutidos os impactos das políticas de formação docente inovadoras pelo regime militar. A introdução dos cursos de licenciatura curta teve um papel central nesse processo, reduzindo o tempo de formação e priorizando uma abordagem técnica e instrumental. Segundo Martins (2007), a formação dos professores foi puramente orientada para preparar docentes que fossem reprodutores do conteúdo oficial, limitando sua capacidade de reflexão crítica e autonomia.

Apesar disso, alguns professores buscaram complementar sua formação por meio de leituras independentes, participação em grupos de estudos e trocas de experiências com colegas. Essas iniciativas demonstram como, mesmo em um contexto adverso, muitos educadores se empenharam em construir uma prática docente mais reflexiva e alinhada a valores democráticos e críticos, contestando a rigidez do currículo. Essas ações permitiram que parte da prática dos professores escapasse ao controle total do Estado, abrindo espaço para discussão mais profunda sobre História e cidadania, mesmo que de maneira limitada e muitas vezes velada.

O terceiro capítulo evidenciou os desafios enfrentados pelos professores de História ao tentarem conciliar o currículo oficial com sua prática docente. A censura e a autocensura foram aspectos

marcantes desse período. Como apontado por Gil (2010), muitos educadores evitavam temas considerados sensíveis, como o golpe militar de 1964, a repressão política e as desigualdades sociais, por medo de retaliações

No entanto, também emergiram práticas de resistência. Os professores incluíram, discretamente, fontes históricas alternativas, como literatura crítica, documentos não oficiais e relatos orais, para oferecer aos alunos uma visão mais ampla e crítica da História. De acordo com Kallás (2020), o uso dessas fontes foi essencial para desafiar as narrativas oficiais, permitindo que os estudantes tivessem acesso a perspectivas históricas mais pluralistas.

Outra forma de resistência consistiu em enfatizar a análise crítica de eventos históricos, incentivando os alunos a questionarem as versões oficiais. Inspirados por práticas pedagógicas críticas, como as propostas de Paulo Freire (1970), alguns professores utilizaram o diálogo e a problematização como ferramentas para promover a conscientização dos alunos sobre o contexto político.

O currículo oficial de História durante a ditadura militar foi elaborado para atender aos interesses do regime autoritário, priorizando a transmissão de valores de ordem, disciplina e conformidade. A Lei 5.692/71 representou um marco nesse processo, ao introduzir disciplinas como Educação Moral e Cívica.

Os resultados apontam que essas disciplinas foram fundamentais para o controle ideológico, promovendo uma narrativa histórica linear e glorificada, alinhada às ações do governo militar. A exclusão de temas como lutas sociais, resistência e opressão política comprovada em uma formação cidadã limitada, que favorece a perpetuação do regime. Para os professores de História, essa abordagem exigiu a necessidade de adaptar suas práticas pedagógicas a um currículo que restringia a possibilidade de discussões críticas.

Os currículos dos cursos de formação de professores refletiram as diretrizes do regime, enfatizando a memorização e a conformidade. Essa abordagem limitava a capacidade dos futuros docentes de questionar o status quo e promover uma educação emancipadora. No entanto, algumas instituições e professores resistiram a essas limitações, adotando estratégias que buscavam incluir elementos críticos na formação docente, mesmo sob censura.

Os professores de História no ensino médio enfrentaram numerosos desafios ao tentar conciliar as diretrizes do currículo oficial com suas práticas pedagógicas. A censura explícita e a autocensura foram barreiras constantes, limitando a liberdade de expressão e a criatividade docente. Muitos educadores sentem-se pressionados a omitir ou adaptar conteúdos que podem

ser interpretados como subversivos

Apesar dessas restrições, os resultados indicam que houve iniciativas de resistência por parte dos professores. Alguns utilizaram estratégias como o uso de fontes alternativas, debates implícitos e atividades que estimularam a reflexão crítica dos alunos. Essas práticas, embora discretas, desenvolveram para preservar a memória democrática e desafiar a narrativa oficial.

O estudo indica que os professores de História atuaram como agentes de mediação entre o currículo oficial e as demandas da sociedade, encontrando maneiras de subverter as imposições do regime. Essas estratégias de resistência não apenas desafiaram o autoritarismo educacional, mas também se desenvolveram para a construção de uma memória histórica alternativa, fundamental para o processo de redemocratização do Brasil.

Os resultados da pesquisa revelaram implicações significativas tanto no campo social quanto no econômico. No âmbito social, o controle ideológico sobre o currículo e a formação docente resultaram em uma geração de estudantes com limitações na compreensão crítica do passado político e social do país. A ausência de debates sobre democracia e direitos humanos comprometeu a formação cidadã, perpetuando a passividade e a conformidade.

A ausência de um ensino crítico sobre o período militar no Brasil não apenas reforçou a hegemonia da narrativa oficial durante o regime, mas também gerou lacunas na memória histórica coletiva das gerações subsequentes. Muitos estudantes, educados sob essas diretrizes, cresceram alheios às dinâmicas de gerações subsequentes. repressão e resistência, o que comprometeu sua capacidade de interpretação dos impactos da ditadura no contexto político e social contemporâneo (KALLÁS, 2015, p. 134).

No campo econômico, a ênfase na educação técnica e instrumental durante a ditadura atendeu à demanda do mercado, mas negligenciou a formação integral e crítica dos alunos. Isso reforçou desigualdades sociais, ao priorizar uma formação limitada para as classes populares, restringindo suas oportunidades de ascensão social e participação política.

O ensino de História durante a ditadura militar produziu um legado de alienação que perdurou mesmo após uma transição democrática. As gerações formadas nesse período carregaram uma percepção limitada dos eventos históricos, dificultando o reconhecimento das responsabilidades institucionais e sociais relacionadas às visíveis de direitos e às desigualdades ampliadas pelo regime (KALLÁS, 2015, p. 145).

O trecho destacado da tese de Ana Lúcia Kallás aponta para uma questão central na análise do ensino de História durante a ditadura militar no Brasil: os efeitos duradouros de uma educação que privilegiou o controle ideológico em detrimento da formação crítica. Essa alienação não se

limitou ao período autoritário, mas deixou um legado que influenciou a maneira como as gerações subsequentes interpretaram o passado e o presente do país.

O controle ideológico exercido sobre o currículo escolar durante a ditadura militar moldou a percepção histórica dos estudantes, apresentando uma versão oficial dos eventos históricos que omitem ou distorcem os aspectos mais problemáticos do regime. Por exemplo, a transparência dos direitos humanos, as desigualdades sociais ampliadas pela concentração de renda no "milagre econômico" e a repressão aos movimentos sociais foram silenciadas na sala de aula.

A ausência de um ensino crítico impossibilitou a construção de uma memória coletiva que confirmou as responsabilidades do Estado e das elites na consolidação de um regime opressor. Essa lacuna contribuiu para a naturalização das desigualdades geradas no período militar e dificultou a conscientização sobre a necessidade de reposição histórica.

A importância de compreender o impacto do ensino de História na construção da memória coletiva de um país. O legado de alienação gerado pela ditadura militar é um alerta para a necessidade de um ensino que fomente o pensamento crítico, a análise das responsabilidades históricas e o reconhecimento das desigualdades sociais como produto de escolhas políticas e econômicas. Só assim será possível construir uma sociedade mais consciente de seu passado e comprometida com a consolidação da democracia.

Embora o ensino de História durante a ditadura militar tenha sido amplamente utilizado como ferramenta de alienação e controle ideológico, a educação também pode desempenhar um papel central na emancipação social. A superação do legado de alienação exige que a História seja tratada como um campo de debate, onde múltiplas narrativas possam coexistir e ser comprovadas criticamente. Como meios de análise crítica de fontes, estimulando os estudantes a refletirem sobre quem produziu a informação histórica, com qual intenção e em qual contexto. Trabalhar na contextualização histórica, fomento ao pensamento crítico afim de capacitar os estudantes a uma busca crítica das fontes.

Embora a repressão tenha sido uma marca do período, os professores de História desempenharam um papel fundamental na resistência. Suas práticas pedagógicas desafiaram as imposições do regime, preservando o papel da História como ferramenta de reflexão e transformação social. Esses esforços demonstram a resiliência dos educadores e a importância da educação crítica em contextos de autoritarismo.

O legado desse período ainda é oferecido na educação contemporânea. Muitos desafios enfrentados pelos professores durante a ditadura, como a falta de autonomia pedagógica e a padronização dos conteúdos, continuam a influenciar o ensino de História. Por outro lado, a análise desse período reforça a importância de uma educação comprometida com a democracia, a diversidade e os direitos humanos

Os resultados da pesquisa permitem concluir que o currículo oficial de História durante a ditadura militar foi utilizado como instrumento de controle ideológico, impactando profundamente a formação dos professores e a prática docente no ensino médio. A Lei 5.692/71 institucionalizou uma narrativa histórica favorável ao regime, limitando o desenvolvimento de um ensino crítico e plural

Os desafios enfrentados pelos professores de História durante a ditadura militar evidenciam o papel crucial da educação como espaço de disputa ideológica e política. O estudo dos três capítulos revela que, mesmo sob forte repressão, os educadores encontraram formas de resistir, seja por meio de práticas pedagógicas críticas, seja pela introdução de conteúdos alternativos. Esses resultados reforçam a importância de analisar o período ditatorial não apenas sob a ótica das estruturas políticas, mas também pelo impacto nas práticas educacionais. A pesquisa aponta que a resistência docente foi fundamental para a preservação do pensamento crítico no ensino de História, mesmo em um contexto de autoritarismo.

A análise destaca a necessidade de revisitar o ensino de História, garantindo que o currículo promova a pluralidade de narrativas e o engajamento crítico. A formação docente deve priorizar o desenvolvimento de competências reflexivas e a valorização da autonomia pedagógica, garantindo que a educação cumpra o seu papel de formação de cidadãos conscientes e engajados.

O estudo reforça a importância de entender as relações entre currículo, política e sociedade, oferecendo contribuições relevantes para o debate sobre o papel da educação em contextos de autoritarismo e democracia. Esse olhar crítico sobre o passado educacional brasileiro é essencial para fortalecer uma educação comprometida com a justiça social e os valores democráticos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS:

- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Dispõe sobre a educação nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 ago. 1971.
- CHAUÍ, Marilena. *A Reforma do Ensino de História*. Discurso nº 8. São Paulo: FLCH/USP, 1978.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. São Paulo: Papirus, 1993.
- GIL, Antonio Carlos. **Educação e ditadura: a educação no Brasil durante o regime militar**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- KALLÁS, Ana Lúcia. **O debate público de professores historiadores acerca da ditadura pós-1964 no Brasil: ensino de história, memória e usos públicos da história recente (1985–2015)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2015.
- KRAWCZYK, Luciana. **Educação e autoritarismo: a educação brasileira sob a ditadura militar**. São Paulo: Cortez, 2005.
- LAGÔA, Ana. *História: O bonde que a escola perdeu*. Revista Nova Escola, nov. 1991.
- MARTINS, Maria do Carmo. **Currículo, cultura e ideologia na ditadura militar brasileira: demarcação do espaço de atuação do professor**. In: CERRI, Luiz Fernando (org.). *O Ensino de História e a Ditadura Militar*. Curitiba: Editora ABC, 2006.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora XYZ, 2006.
- NAPOLITANO, Marcos. *Nunca ficamos tão felizes: o milagre econômico e seus limites*. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. *História da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- VILELA, Vânia. **A educação no Brasil: o impacto da ditadura militar (1964-1985)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.